

XIIº Congresso da Frelimo: O Partido Frelimo na encruzilhada...e a Unidade Nacional no limbo

- Apesar de o Partido Frelimo apregoar, permanentemente, a ideia da Unidade Nacional, a verdade – claramente desnudada no seu último XIIº Congresso realizado na Cidade da Matola – é que o Partido Frelimo circunscreve a Unidade Nacional, expressamente, na coesão interna dos seus membros. A Unidade de todos os moçambicanos, para além dos seus próprios militantes, não parece preocupar, no mínimo, o partido do batuque e da maçaroca, isto a julgar pela forma como o partido se apropria da história que pertence a todos os moçambicanos. Ora, a filosofia subjacente a este modus faciendi é a desapropriação dos símbolos da pátria e da nação moçambicana advenientes da sua história – que o Partido Frelimo os reclama para si – a todos os outros membros da família moçambicana que não militam no Partido Frelimo. Pois, não há dúvidas que tanto o fundamento da nação, como a força-motriz que faz coalescer os moçambicanos numa entidade una embora diversa, radica no “legado e nos valores patrióticos dos fundadores da FRELIMO e nos intrépidos combatentes da luta de libertação nacional”. Assim, quando o Partido Frelimo chama a si estes símbolos, isso prenuncia um acto de sectarismo com potencial de esboroar ao invés de cimentar a ideia da Unidade Nacional.



No entanto, qualquer observador atento da dinâmica política do país das últimas quatro décadas, terá notado o gradual e natural envelhecimento do núcleo duro da liderança do Partido Frelimo, derivado em grande medida dos combatentes da luta de libertação nacional. E, obviamente, a perspectiva era de que com a “natural saída” dos antigos combatentes da liderança do Partido Frelimo, este partido tornar-se-ia, apenas, mais um partido do cenário político-pluralista nacional. Ontem; Partido de Machel, Chissano, Guebuza, Pachinuapa, Chipande; hoje, poderia ser Partido de Matangala, Amide, Comissário, Jequissene, Kasotche, etc. Teríamos, assim, uma mudança de paradigma; ainda que os ideais, os valores político-ideológicos, fossem os mesmos, pelo menos os nomes e a evocação simbólica que traduzem seriam outros!

Mas, a partir do nono Congresso realizado na Cidade de Quelimane, em Novembro de 2006, o Partido Frelimo adoptou a política de encorajamento da integração dos filhos dos dirigentes históricos da FRELIMO nos seus órgãos directivos. A consagração desta política atingiu o seu apogeu no XIIº Congresso onde o Partido Frelimo trouxe para o seu Comité Central um grande contingente de “juniores” dos membros do núcleo duro, histórico, da liderança da FRELIMO. Estão lá todos, ou quase todos: Mondlane Júnior, Machel Júnior, Chissano Júnior, Chipande Júnior e muitos mais. Parece a enunciação de dinastias na democracia partidária, num cenário em que, indiscutivelmente, o poder é quase oferecido de bandeja. A entrada directa destes “juniores” para o órgão máximo de direcção do Partido Frelimo, no intervalo

entre os seus Congressos, reforça a ideia que se começa a cogitar na sociedade moçambicana da existência de “famílias nobres” sobre quem repousa, efectivamente, o poder no seio do Partido Frelimo e, sobre o Estado moçambicano no geral, dado que este partido controla os destinos do País desde a independência nacional.

Deste modo, o XIIº Congresso do Partido Frelimo enterrou definitivamente para bem fundo do subsolo a perspectiva de mudança de paradigma na sobreposição dos “símbolos” da pátria moçambicana e da liderança do Partido Frelimo. Por outras palavras, o Partido Frelimo reforça-se ao mesmo tempo que retira o “chão” aos demais moçambicanos, aqueles que não são membros do Partido Frelimo, contrastando com os seus apelos ao ideal da Unidade Nacional. Esta circunstância é problemática numa sociedade particularmente jovem, onde cerca de 2/3 da população têm abaixo de 17 anos de idade e, portanto, ainda se encontram na idade da forja da sua consciência cidadã. Quiçá, mais grave ainda, é a desestruturação das bases da moçambicanidade numa sociedade historicamente martirizada por conflitos sucessivos e onde os alicerces da PAZ são ainda bastante frágeis.

É verdade que todos os partidos políticos, por definição, existem para pugnar pelo poder político; no entanto, espera-se do Partido Frelimo, dadas as responsabilidades históricas que carrega consigo, uma preocupação genuína pela sorte dos cerca de 32 milhões de moçambicanos que são, certamente, uma proporção bem maior a dos seus cerca de 4 milhões de membros. Numa altura em que a província de Cabo Delgado está sendo assolada de forma atroz pelo fenómeno do extrem-

ismo violento, com todo o cortejo de mortes, deslocados internos e destruição de bens e bases de subsistência da população, o Partido Frelimo deveria observar o dever moral de lutar pela paz social, muito para além da vontade da sua perpetuação no poder. E, sobretudo, a obrigação de mostrar a todos os jovens moçambicanos que as oportunidades de vida e de progresso estão abertas a todos, não apenas aos jovens do Partido Frelimo e muito menos aos “juniores” dos dirigentes históricos da FRELIMO.

No mês em que se celebra no País o 30º aniversário da assinatura do Acordo Geral de Paz de Roma (AGP), era de esperar que o Partido Frelimo revisitasse os reais motivos da prevalência de conflitos violentos em Moçambique. Ontem, com a guerra dos 16 anos; e hoje, com o extremismo violento em Cabo Delgado, a história nos ensina que a pobreza extrema, a exclusão e a marginalização social e política, a injustiça e a corrupção que grassa nas esferas do poder, constituem as causas profundas da violência quase perpétua que vivemos no País. Os jovens de hoje, que constituem a esmagadora maioria da população moçambicana, esperam que o Partido Frelimo desenhe políticas públicas esclarecidas que galvanizem a economia, criem emprego e retirem os jovens do deplorável período de *waithood* onde muitos deles agonizam neste momento, tendo pela frente apenas incertezas e desconcerto. Definitivamente, preocupar-se pela sua coesão interna e perpetuação das “famílias nobres” no leme do poder, não deveria ser o leitmotiv do Partido Frelimo, neste momento.


Maputo, 4 de Outubro, 2022



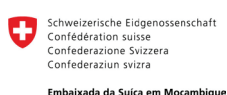
INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beúla
Autor: CDD
Equipa Técnica: Emídio Beúla, Dimas Sinoa, Américo Maluana
Layout: CDD

Contacto:
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO



Embaixada da Suíça em Moçambique

